

toquem e deixem em aberto a possibilidade de um recomeço a partir do escuro e da indefinição: "Deve haver algum sentido / nesses rudes rituais de partida // em que o mundo retorna / ao estado do papel em branco" ("Enterro", p. 39). "Onde inicia o poema? / onde termina?" (p. 13). A poesia de Alberto Martins convida a uma viagem de estranhamento,

desestabilizando modos habituais de percepção e confundindo o conforto da reconhecibilidade dos múltiplos códigos de leitura que tantas vezes se sedimentam no olhar e perturbam a abertura que o texto poético reclama. Todavia, o que esta poesia rouba com uma mão devolve-o generosamente com a outra a quem se fizer ao caminho sem ideias

pré-concebidas. Se o leitor se aventurar na viagem, irá certamente ver abrirem-se-lhe possibilidades inusitadas de sentido: "Por isso engole as pedras / que trouxeste no bolso. // aqui terás de recomeçar" ("Rimbaud na América", p. 116).

Daniela Kato

## FERNANDO CRISTÓVÃO

*O Romance Político Brasileiro Contemporâneo e Outros Ensaios*

Coimbra, Almedina / Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Un. de Lisboa / Associação de Cultura Lusófona, 2003

Professor catedrático de Literatura Brasileira há pouco jubilado, Fernando Cristóvão apresenta-nos neste livro um conjunto de doze ensaios que tiveram na sua origem conferências e comunicações, proferidas em espaços e tempos diversos. Apesar da variedade dos temas, há um fio condutor que une os doze capítulos, conforme aliás o A. adverte na "Nota de Apresentação": «Em todos eles se evidencia, em maior ou menor grau, a caminhada para a emancipação literária e autonómica do Brasil, e inventariam temas e tópicos que, mesmo antes da independência política, marcam a diferença à literatura-mãe, a portuguesa» (p. 5).

No capítulo inicial, que serve de título do volume, Cristóvão começa por passar em revista o contexto socio-político da segunda metade do século XX no Brasil, detectando em seguida três fases principais do romance político brasileiro contemporâneo: a década de 60, dominada pela alegoria e pela ambiguidade; os anos 70, caracterizados pelo confronto directo e claro; o decénio de 80, marcado pelo balanço da democracia e pelas dificuldades de convivência. A caracterização de cada um desses momentos apoia-se no comentário e no estudo dos romances que melhor os representam. Para a primeira fase, Cristóvão destaca dois romances de José J. Veiga: *A Hora dos Ruminantes*, de

1964, e *Sombras de Reis Barbudos*, de 1972. Para exemplificar o confronto, são postas em relevo duas obras de Antônio Callado: *Quarup*, de 1967, a que o A. dedica um estudo demorado, e *Bar Don Juan*, de 1971. Cristóvão detém-se ainda em várias outras obras, dentre as quais *Zero*, de Inácio Loyola Brandão, publicado em 1976, e *A Deliciosa e Sangrenta Aventura Latina de Jane Spitfire, Espiã e Mulher Sensual*, de Augusto Boal, saído no ano seguinte. Nota contudo o A. que, «Apesar de maioritária, a ficção que denuncia a ditadura e a repressão do regime militar brasileiro sob a óptica marxista não é a única» (p. 34), o que o leva a considerar outro tipo de obras, como é o caso do romance de Plínio Cabral *Direita, Esquerda, Volver*, de 1978, dominado pela «questão do confronto das ideologias fascista e comunista apresentadas em pé de igualdade no que toca a opressão e processos sujos» (p. 35). Na terceira fase, «O problema brasileiro é agora encarado de outra maneira: como aceitar o Brasil tal qual é se, apesar da democracia, continuam a corrupção, a crueldade, as injustiças e desigualdades sociais?» (p. 38). Fernando Cristóvão toma por exemplo o romance de Ana Maria Machado *O Mar Nunca Transborda*, de 1995, detectando nele um «tipo de questionamento político que cada vez o é menos, e cada vez mais se torna reflexão

cultural das raízes históricas de um povo e juízo crítico do seu passado» (p. 42).

Nos onze capítulos seguintes, o A. apresenta-nos estudos inovadores sobre temas, motivos e textos muito variados, que vão do século XVI ao século XX. Alguns dos ensaios são de carácter mais teórico, como o do capítulo 10, sobre «A Literatura como antropologia das antropologias», ou mais abrangente, como acontece no capítulo 7, em que o A. nos propõe uma reflexão sobre «O mito do 'Novo Mundo' na Literatura de Viagens», uma das suas áreas de investigação preferidas nos últimos anos. Mas, mesmo nestes casos, a literatura brasileira (ou luso-brasileira) continua a estar presente, ganhando a sua leitura com a perspectiva comparativa. É o que se verifica ainda no capítulo 8, com o ensaio intitulado «Da grandiloquência lusa ao ufanismo brasileiro», em que o A. — apoiando-se no comentário de textos muito diversos — mostra que o «discurso lusitano grandiloquente (...), transplantado ao Brasil, floresceu e frutificou nas admiráveis realizações barrocas do ufanismo» (p. 176). Entre os autores mais antigos estudados por Fernando Cristóvão estão os P.<sup>res</sup> José de Anchieta e Antônio Vieira. Relativamente ao primeiro, o A. aborda a questão da luta Deus/demónio na poesia e no drama. Quanto a Vieira, Cristóvão escolhe como tema

os sermões contra a escravidão. Mostrando que o jesuíta «multiplicava denúncias contra os abusos dos colonos e agenciava na corte de Lisboa medidas legislativas contra a escravidão de negros e índios», o A. conclui que «os sermões em favor dos negros visam principalmente o abrandamento dos seus cativos, e os sermões em favor dos índios têm como objecto supremo o impedimento dos próprios cativos» (p. 49). Procura ainda explicar que Vieira teria razões teóricas e práticas para não atacar frontalmente a escravidão dos negros e não reivindicar a sua total libertação.

Também sobre o século XVII, Fernando Cristóvão apresenta-nos, no capítulo 5, um estudo sobre um tema que não tem merecido a atenção dos especialistas: «A luta de libertação da Bahia em 1625 e a batalha dos seus textos narrativos e épicos». Apoando-se, uma vez mais, no comentário de grande número de textos, o A. analisa os pontos de vista castelhano, holandês e português e dá conta das previsíveis diferenças, salientando que a visão portuguesa – apontando para a dilatação da fé e do império – é a mais tradicional.

Correndo um período cronológico mais alargado, que vai do início do século XVI até ao século XIX, Cristóvão oferece-nos no capítulo 11 um interessante estudo sobre «As frutas brasileiras e a sua significação oculta». Depois de explicar, à luz da história da cultura, a razão do destaque atribuído à descrição das frutas, o A. analisa uma dezena de textos e reflecte sobre a sua simbologia, o seu valor apelativo e a passagem que neles se pode observar de um mo-

mento marcado pela constatação da diferença até um outro em que já é possível vislumbrar a construção de uma nova identidade.

Ainda no domínio dos temas não contemporâneos, deve destacar-se a abordagem da poética pastoril na literatura brasileira, que ocupa o capítulo 9. Sugerindo que a corrente terá tido em Anchieta o seu precursor, sob a forma de pastoralismo religioso, o A. situa o seu nascimento efectivo com a Academia Brasílica dos Esquecidos, em 1724, e acompanha o seu desenvolvimento com o neoclassicismo arcádico, mostrando que o ciclo se fecha apenas em 1899, com o idílio piscatório *Jana e Joel*, de Xavier Marques, o que significa que cobre um período de 175 anos. Comentando – ao lado dos ‘consagrados’ – textos e autores quase ignorados, Fernando Cristóvão sustenta que esta produção poética está longe de poder ser considerada como alienada, sugerindo também que ela se transferiu para a estética indianista, «metamorfosando-se nela para corresponder a novos contextos estéticos e sociais» (p. 210).

Um tema setecentista de muito interesse é o que nos é apresentado no capítulo 4, sobre o papel precursor de José Agostinho de Macedo no teatro popular abolicionista. Depois de se referir à falta de atenção ao teatro deste autor, o ensaísta detém-se na peça *O Preto Sensível* (publicada postumamente, em 1836), marcada pelo ataque frontal ao tráfico escravagista e pela profunda simpatia pelo homem negro. Segundo o A., trata-se de um texto que deve ser destacado, «tanto pela sua autenticidade romântica como

pela contribuição prestada à causa abolicionista que no Brasil dava os primeiros passos e em Portugal ganhara corpo a partir da década de 40» (p. 90).

De alcance cronológico mais vasto é o capítulo 6, sobre «O mar na Literatura Brasileira». Começando por mostrar as diferenças, que neste domínio, separam as literaturas portuguesa e brasileira, o A. sugere que, do lado brasileiro, «O sertão viria a ser o correlato do mar na sua substância mítica, porque no sertão ocorrem travessias semelhantes às dos mares» (p. 131). Mais à frente, mostra que uma das formas mais comuns de representação do mar na literatura brasileira tem a ver com os lugares de chegada e partida, entre os quais se salientam as praias e os portos. Destaca por isso a obra de Jorge Amado, em que surgem com frequência as histórias praieiras e de porto. O A. não esquece contudo a faceta do mar como projecção de estados de alma, visível sobretudo em poetas românticos, parnasianos e simbolistas, mas também em modernos como Joaquim Cardozo e Cecília Meireles. O volume encerra com um estudo justamente dedicado a essa autora, em que Cristóvão mostra as possibilidades de leitura de *Metal Rosicler* à luz da alquimia.

Como comentário final, podemos dizer que estamos perante um conjunto de ensaios que, no seu diversificado âmbito cronológico e metodológico, lançam uma luz nova sobre áreas e autores da literatura brasileira que estavam esquecidos ou insuficientemente explorados.

Francisco Topa